



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC

Fls. 4310

Rubrica

Mat. n.º: 3464

## PARECER JURÍDICO

**Processo Administrativo nº 122.001/2022**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Abastecimento e Recursos Hídricos.

**Modalidade:** Dispensa de Licitação

**Objeto:** Aquisição de vacinas para atendimento aos pequenos e médios criadores de gado do nosso município a ser distribuídas gratuitamente pela Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN, com o objetivo de garantir a sanidade do Rebanho do nosso município.

**EMENTA:** Direito Administrativo. Direito Constitucional. Contratação Direta. Aquisição de vacinas para atendimento aos pequenos e médios criadores de gado do nosso município a ser distribuídas gratuitamente pela Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN, com o objetivo de garantir a sanidade do Rebanho do nosso município. Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93. Possibilidade.

### **I - RELATÓRIO**

O presente processo administrativo trata da **Aquisição de vacinas para atendimento aos pequenos e médios criadores de gado do nosso município a ser distribuídas gratuitamente pela Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN, com o objetivo de garantir a sanidade do Rebanho do nosso município**, com o intuito de atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Abastecimento e Recursos Hídricos.

Depreende-se dos Autos a existência de Solicitação de Despesa exarada pelo Setor Requisitante com a descrição fidedigna do objeto e justificativa, além de Termo de Referência onde há a pormenorização da descrição da contratação pretendida e obrigações das partes, bem como justificativa; documentos pertinentes à constituição da empresa e documentação de comprovação da idoneidade da empresa, além de documentos acessórios.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

A pretensa contratação encontra arcabouço no artigo 24, II, da Lei

nº 8666/93, sendo anexado aos autos pesquisa mercadológica, o despacho que confirma a disponibilidade de crédito orçamentário para a referida despesa, assim como autorização para contratação.

É o que importa relatar.

## II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

Assim, temos que uma das exceções suso referidas é a Dispensa de Licitação, meio de contratação direta, que pode ser utilizada quando respeitadas algumas características e de forma Discricionária à Administração.

No presente caso temos a pretensa contratação direta por meio de Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, II, da Lei nº 8666/93, nos seguintes termos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

**II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior** e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; - grifos meus

Em outras palavras, a fundamentação desta Contratação está atrelada ao valor encontrado para a prestação do serviço solicitado, considerando que trata-se de aquisição pontual e não continuada.

Frise-se ainda que embora no interstício de um ano tenha havido contratação do mesmo objeto, o valor total das duas contratações não ultrapasse o limite da Dispensa de Licitação que corrobora a pretendida contratação.

Logo, depreende-se dos autos, a **devida descrição do objeto** devidamente caracterizado, bem como as obrigações das partes e a forma como se deseja que o serviço seja prestado logo na peça inaugural de Solicitação de Despesa e Termo de Referência. Por conseguinte, há o parâmetro de preços atrelado ao processo por meio de pesquisa mercadológica junto a fornecedores, condizente com a Instrução

PMSC
Fls. <u>44</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>
Mat. nº.: <u>1464</u>



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, do Ministério da Economia,  
conforme se depreende das fls. 13-31.

Digno de Nota é que encontra-se presente nos autos a comprovação de idoneidade da pretensa contratada, o que viabiliza e fortalece a possibilidade de formalização de contrato.


Consoante exegese jurídica acerca de normativos, muito embora já exista indícios que indicam a regularidade processual até o presente Parecer, sugiro a observância dos requisitos elencados na Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Justiça Estadual do Rio Grande do Norte, principalmente no que diz respeito ao art. 10 e seguintes, os quais tratam da composição do processo de realização da Despesa Pública.

### III - CONCLUSÃO

---

Por tudo que foi exposto, em caráter opinativo, entendo que o Processo Administrativo de nº 122.001/2022 atendeu aos requisitos legais, estando, pois, regular para a contratação direta proposta.

Serra Caiada/RN, 20 DE Maio de 2022.

  
RÂMIDA RAIZA DE OLIVEIRA PEREIRA GONÇALVES  
Procuradora Geral  
OAB/RN nº 14.285

PMSC

Fls. 45

Rubrica 

Mat. nº.: 1464